



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
Nº0250828/2025 - SEMUSA-NUMAC

Porto Velho, 15 de Dezembro de 2025.

Processo Administrativo: 005.000864/2025-48
Data do Pedido: 13/10/2025
Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP: Geison Felipe Costa da Silva – Diretor Executivo - DA/CGAF/SEMUSA Ulysses Rodrigues dos Anjos Silva - NUMAC/DIAC/DA/CGAF/SEMUSA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de **1 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO**, para ser utilizado como meio de transporte ao serviço prestado pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde (CNES – 6482732), com recursos da emenda parlamentar conforme **Termo de Convênio no 190/2025/PGE-SESAU**, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a necessidade da implantação de um Sistema de Registro de Preços Permanente (SRPP) para a aquisição de **1 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO**, para ser utilizado como meio de transporte ao serviço prestado pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho/RO (SEMUSA), com o fim de atender as unidades dos departamentos: **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP**, sendo extraídas do DFD consolidado 0304649 e apresentadas a seguir:

A aquisição de **1 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO**, para o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, se faz necessária para garantir a eficiência, segurança e agilidade no transporte de insumos, bem como para o suporte às atividades operacionais do setor.

O presente instrumento tem por finalidade justificar a necessidade de reforço logístico nas atividades diárias de entregas, retiradas e remanejamentos de bens móveis realizadas pela Divisão de Levantamento Patrimonial, bem como nas entregas de materiais de consumo destinados às Unidades de Saúde localizadas tanto em áreas urbanas quanto nos Distritos Rurais vinculados a esta Secretaria.

A execução dessas atividades tem enfrentado recorrentes dificuldades operacionais, sobretudo pela ausência de veículos apropriados para o transporte de bens e materiais. Atualmente, a Divisão depende do empréstimo de veículos de outros setores administrativos, o que, além de não garantir disponibilidade contínua, compromete a eficiência e a pontualidade das operações, resultando em atrasos significativos nas entregas e retiradas programadas.

A proposta de aquisição de veículos próprios reveste-se de caráter eminentemente operacional e administrativo, sendo, contudo, essencial para a execução ininterrupta dos serviços de saúde prestados em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. Tal medida visa assegurar o cumprimento das disposições legais relativas à prestação de assistência universal, integral e gratuita à população, conforme previsto na legislação de regência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ademais, a aquisição de veículos adequados permitirá a realização tempestiva das entregas de materiais de consumo e bens permanentes às unidades de saúde, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Ressalta-se que, conforme diretrizes administrativas, é admissível a contratação de serviços e aquisição de bens quando houver justificativa formal que demonstre a compatibilidade com as necessidades da Administração, especialmente quando se trata de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais.

A presente aquisição do veículo destina-se ao atendimento das necessidades logísticas do Município de Porto Velho, com o objetivo de suprir, de forma eficaz, a demanda crescente por transporte de materiais e insumos nas Unidades de Saúde da rede municipal.

Tal medida visa garantir maior eficiência na distribuição de materiais de consumo e bens permanentes, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, especialmente nas regiões mais afastadas e de difícil acesso. A aquisição contempla a disponibilização de veículos seguros, adequados e indispensáveis para o enfrentamento dos desafios operacionais enfrentados pelas unidades de saúde, notadamente em razão do aumento expressivo da demanda por insumos, impulsionado pelo agravamento de doenças e condições sanitárias nas áreas rurais e distritais.

A medida está alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza o atendimento integral, universal e igualitário, com prioridade para ações preventivas e de promoção

da saúde. As unidades de saúde diretamente beneficiadas por esta iniciativa incluem, entre outras:

1. Policlínica José Adelino,
2. UBS Socialista,
3. UBS Mariana,
4. UPA Leste,
5. UBS Ernandes Índio,
6. Centro de Especialidades Médicas,
7. UBS Aponiã,
8. UBS Agenor de Carvalho,
9. Maternidade Mãe Esperança,
10. Centro de Referência da Mulher,
11. UBS Pedacinho de Chão,
12. UBS São Sebastião,
13. UBS Ronaldo Aragão,
14. UBS Maurício Bustani,
15. Policlínica Rafael Vaz e Silva,
16. Serviço de Atendimento Especializado (SAE),
17. CAPS, 1
8. Policlínica Ana Adelaide,
19. Centro de Fisioterapia,
20. UBS Oswaldo Piana,
21. UBS Areal da Floresta,
22. UBS Nova Floresta,
23. UBS Renato Medeiros,
24. UBS Caladinho,
25. UBS Castanheira,
26. UBS Amorim de Matos,
27. UPA Sul,
28. UPA Jaci Paraná,
29. UBS Nova Califórnia,
30. UBS Extrema,
31. UBS Vista Alegre,
32. UBS Fortaleza do Abunã,
33. UBS Abunã,
34. UBS Linha da Penha,
35. UBS Nova Mutum,
36. UBS Santa Rita,
37. UBS Jaci Paraná,
38. UBS União Bandeirantes,
39. UBS Rio Pardo,
40. UBS Rio das Garças,
41. UBS Cachoeira de Santo Antônio,
42. UBS Santo Antônio,
43. UBS Vila Princesa,
44. UBS Novo Engenho, 2
45. UBS Vila DNIT,
46. UBS Morrinhos,
47. UBS Palmares,
48. UBS São Miguel,
49. UBS Linha 28,

50. UBS Terra Santa,

51. UBS Aliança, 52. UBS Nova Aliança,

53. UBS Cujubim,

54. UBS Vila do Jamari,

55. entre outras.

A medida reforça o compromisso da administração municipal com a melhoria contínua da infraestrutura de saúde, promovendo maior equidade no acesso aos serviços e contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme previsto nas diretrizes do SUS.

O objetivo central da presente proposta é viabilizar o abastecimento eficiente das Unidades de Saúde do Município de Porto Velho, por meio da **aquisição de um CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e um VEÍCULO TIPO FURGÃO** destinado ao transporte de cargas, compreendendo materiais de consumo e bens permanentes. Tal aquisição é imprescindível para o fortalecimento da logística operacional do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), cuja atuação abrange todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) da zona urbana e dos distritos do município. A proposta justifica-se pela necessidade de aprimorar a capacidade de transporte de materiais em toda a extensão territorial do município, assegurando suporte logístico essencial ao pleno funcionamento das UBS. Atualmente, o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio é responsável por receber, armazenar, acondicionar, distribuir e, quando necessário, recolher materiais permanentes inservíveis e de consumo, sendo, portanto, o núcleo estratégico da cadeia de suprimentos da SEMUSA.

A proposta justifica-se pela necessidade de aprimorar a capacidade de transporte de materiais em toda a extensão territorial do município, assegurando suporte logístico essencial ao pleno funcionamento das UBS. Atualmente, o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio é responsável por receber, armazenar, acondicionar, distribuir e, quando necessário, recolher materiais permanentes inservíveis e de consumo, sendo, portanto, o núcleo estratégico da cadeia de suprimentos da SEMUSA.

A inexistência de veículos próprios e adequados tem comprometido a eficiência das operações logísticas, obrigando o setor a depender de empréstimos de outros departamentos, o que frequentemente resulta em atrasos nas entregas e prejuízos à continuidade dos serviços de saúde. A aquisição proposta permitirá maior autonomia e agilidade no deslocamento das equipes e no transporte dos materiais, garantindo que as unidades de saúde recebam os insumos necessários em tempo hábil.

Além disso, a medida está em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que preveem a descentralização e a integralidade da assistência, bem como a responsabilidade da gestão municipal na organização, controle e avaliação dos serviços de saúde, incluindo a logística de suprimentos e infraestrutura de apoio.

Dessa forma, o acolhimento e a aprovação do presente instrumento são fundamentais para o atendimento das necessidades administrativas e operacionais da SEMUSA, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população de Porto Velho.

Ademais, a aquisição de um veículo adequado para o atendimento das demandas do ALMOXARIFADO/SEMUSA proporcionará uma estrutura de qualidade, resultando em eficiência nas ações empreendidas pelos setores responsáveis pela manutenção e distribuição de materiais adquiridos pela SEMUSA, ou recebidos por doação. Essa medida visa garantir a eficácia no processo de eficiência e qualidade, almejando rapidez no atendimento das solicitações, tanto na capital quanto no interior. Ressalta-se, 3 ainda, que a frota de veículos pesados atualmente disponível encontra-se obsoleta e possui capacidade limitada, comprometendo, inclusive, a segurança dos trajetos, sejam em entregas e recolhimentos de materiais, tanto de curta quanto de longa distância.

Portanto, é evidente a necessidade de adquirir veículos que atendam a tais características, com o intuito de oferecer um serviço de maior qualidade às unidades básicas de saúde e, indiretamente, à sociedade.

Dessa forma, após análise técnica e econômica das soluções disponíveis para o objeto em questão, conclui-se que a **aquisição de um CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e VEÍCULO TIPO FURGÃO**.

Nesse contexto, o DAP busca meios que possibilitem a reversão do quadro apresentado, fundamentando-se nos princípios da eficiência e economicidade, em consonância com os modelos globais e regionais de proteção dos direitos da pessoa humana, além dos princípios da administração pública comprometidos com uma gestão íntegra. A presente aquisição visa equipar o Patrimônio e o Almoxarifado da SEMUSA, suprimindo, assim, a demanda de serviços do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.

Considerando que o serviço de transporte de materiais é de responsabilidade da gestão municipal, torna-se imprescindível a aquisição de novos veículos para garantir a efetividade desse transporte. A DAP/SEMUSA recebe todo o seu material de consumo e permanente, necessitando realizar o transporte dos mesmos para os distritos e para todas as unidades de saúde do município, a fim de assegurar a distribuição adequada desses diversos materiais.

Atualmente, o DAP/SEMUSA demanda veículos apropriados para o desenvolvimento de ações eficazes em sua área de atuação, que abrangem o transporte para o almoxarifado, bem como a distribuição e recolhimento de materiais permanentes para as unidades subordinadas à SEMUSA no âmbito municipal. Portanto, enfatizamos a importância da aquisição do veículo em questão, tendo em vista os motivos apresentados. A aquisição pleiteada é essencial para suprir essa demanda significativa, tornando imperativa a compra de um **CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e VEÍCULO TIPO FURGÃO**, que atenda às necessidades públicas da Secretaria Municipal de Saúde, tanto na Capital quanto nos Distritos do município.

Ademais, essa aquisição garantirá a segurança no transporte de materiais, equipamentos e insumos, além de assegurar a proteção dos servidores que os conduzirão nas diversas unidades e distritos de Porto Velho-RO. Diante do exposto, é fundamental reforçar que a substituição da frota por caminhões mais novos e tecnologicamente avançados valoriza o funcionalismo público, onde a

dimensão humana é crucial para o êxito do serviço público de qualidade destinado a atender o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.

Essa aquisição será viabilizada por meio de emenda parlamentar, considerando a complexidade dos serviços prestados e a estrutura necessária para a melhoria contínua dos serviços à população de Porto Velho, de forma ágil e oportuna.

Importante ressaltar as legislações pertinentes relacionadas à atividade de transporte de produtos de saúde, cosméticos, produtos para higiene pessoal, perfumes e saneantes domissanitários, incluindo: Lei nº 6.360/1976, RDC nº 16/2014, Portaria CVS nº 11/2023, Portaria CVS nº 10/2017, Portaria SVS/MS nº 344/1998, RDC nº 430/2020, RDC nº 47/2013, RDC nº 48/2013 e RDC nº 665/2022.

DA ENTREGA:

Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, situado na Rua Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro Jardim Eldorado, telefone: (69) 8473-4572, CEP 76.811-794 – Porto Velho – RO; de Segunda a Sexta-Feira das 8:00 as 14 horas.

Informações indispensáveis:

1) Conta Específica do Convênio: (Banco do Brasil Ag.: 2757-X | Cc.: 11.454-5 (0076189);

Informações indispensáveis constante no Termo de Convênio nº 190/2025/PGE-SESAU (0076167):

1) 5. Cláusula Quinta – Das Obrigações dos Partícipes: § 2º. 8. Exigir que conste na nota fiscal e/ou recibo do vendedor, referência a este convênio.

2) 12. Cláusula Décima Segunda – Da Publicidade: Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE e da CONVENIENTE, mediante identificação, através de placa, faixa e adesivos.

3) 11. Cláusula Décima Primeira – Dos Saldos Financeiros: § 1º. A devolução prevista no caput será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos de Sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.2. A contratada deverá cumprir com o estabelecido na Lei Federal 14.133/21 no que diz respeito ao Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável, conforme dispõe o art. 5º da respectiva lei e o inciso IV do art. 11.

3.1.3. Os interessados deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.1.4. Inserir no item de Sustentabilidade/descrição ou especificação técnica do produto, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.5. Só será admitida a oferta de veículo automotor, furgão, que utilize os combustíveis diesel, gasolina ou etanol, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998, quando aplicável.

3.1.6. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”

3.1.7. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes

3.1.8. “Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

3.1.9. Inserir no item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

3.1.10. “Será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não- aceitação, cópia da Etiqueta do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido ao PBE Veicular, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente), para comprovação do nível de eficiência energética exigida no Termo de Referência.

3.1.11 Os veículos adquiridos deverão permitir o transporte dos produtos **em condições que garantam sua integridade, segurança e qualidade**, conforme estabelecido pela:

- **Lei nº 6.360/1976** – garantia da integridade sanitária dos produtos;
- **RDC 430/2020** – Boas Práticas de Transporte de Medicamentos;
- **RDC 47/2013 e RDC 48/2013** – manutenção das características físico-químicas de cosméticos e saneantes;
- **Portarias CVS nº 10/2017 e nº 11/2023** – condições estruturais e sanitárias de veículos;
- **RDC 665/2022** – segurança no transporte de material biológico (quando aplicável);
- **Portaria 344/1998** – segurança para produtos controlados.

Assim, os veículos devem apresentar:

3.1.11.1. Estrutura compatível com transporte sanitário

- Superfícies internas lisas, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos saneantes (CVS 11/2023, RDC 430/2020).
- Ausência de frestas, rachaduras, ferrugem ou partes que acumulem sujeira.
- Paredes, teto e piso construídos com **materiais que permitam higienização frequente** (CVS 10/2017).

3.1.11.2. Proteção contra contaminações e intempéries

- Compartimento de carga totalmente fechado, com proteção contra poeira, partículas e entrada de água (Lei 6.360/76 e RDC 430/2020).
- Sistema de vedação das portas que impeça infiltrações.

3.1.11.3. Capacidade de carga

- Dimensionada para volumes previstos, com reforço estrutural para acomodação segura das mercadorias, sem compressão ou danos às embalagens (RDC 430/2020).

3.1.12. Controle Térmico e Condições Ambientais

3.1.12.1. Isolamento térmico

- Painéis isotérmicos na caixa de carga, garantindo estabilidade térmica durante todo o trajeto.

3.1.12.2. Ventilação

- Sistema de circulação de ar que impeça condensação ou umidade excessiva.

3.1.13. Requisitos Sanitários para Higienização e Limpeza (CVS 11/2023 e RDC 430/2020)

3.1.13.1. Materiais internos

- Superfícies internas de **PRFV (fibra de vidro), aço inox ou alumínio anodizado**, garantindo robustez e facilidade de higienização.

3.1.13.2. Drenagem

- Sistema que permita o escoamento de líquidos durante processos de limpeza.

3.1.13.3. Facilidades de higienização

- Acabamento sem reentrâncias que favoreçam contaminação.
- Fixação de trilhos ou suportes sem parafusos internos expostos.

3.1.14. Segurança Sanitária e Operacional

3.1.14.1. Compartimentação (RDC 430/2020 e RDC 48/2013)

Para produtos incompatíveis ou com risco de contaminação cruzada (cosméticos, saneantes, material biológico):

- Possibilidade de instalar **divisórias internas** removíveis ou sistema de contenção de cargas.
- Alternativamente: **compartimentos segregados** para produtos químicos e produtos para saúde.

3.1.14.2. Fixação de carga

- Trilhos, ganchos ou barras que permitam amarração, evitando tombamento e danos às embalagens.

3.1.14.3. Segurança física (Portaria 344/1998)

Quando houver transporte de controlados, o veículo deve permitir instalação de:

- Travamento reforçado
- Controle de acesso ao compartimento de carga

3.1.15. Requisitos Específicos para MATERIAL BIOLÓGICO (RDC 665/2022 — quando aplicável)

O furgão deverá permitir:

- Acomodações para embalagens triplas.
- Suporte para recipientes rígidos e anticorrosivos.
- Espaço para fixação de caixas térmicas certificadas.
- Piso e parede resistente a impactos e derramamento.

3.1.16. Equipamentos e Acessórios Obrigatórios

3.1.16.1. Monitoramento e rastreabilidade

- **Rastreador via GPS**, com monitoramento remoto e retenção de dados.
- Termômetro digital com **display externo** e alarme de desvios de temperatura.

3.1.16.2. Iluminação

- Iluminação interna em LED para facilitar inspeções sanitárias.

3.1.16.3. Proteção

- Para-choques e proteções laterais.

- Trava elétrica reforçada no compartimento de carga.

3.1.17. Documentação Técnica a Ser Entregue pelo Fornecedor:

Obrigatória no recebimento dos veículos:

- 1) Declaração do fabricante de que o compartimento de carga atende às normas de **Boas Práticas de Transporte** (RDC 430/2020).
- 2) Certificado de **calibração** dos sensores térmicos.
- 3) Manual de manutenção e higienização do baú/furgão (CVS 11/2023).
- 4) Especificações técnicas detalhadas dos materiais internos.
- 5) Laudo técnico de isolamento térmico, quando aplicável.

3.2. Do Prazo, Local De Entrega, Condições De Recebimento

3.2.1. Entrega: Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sito à Rua: Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro: Jardim Eldorado, telefone:(69) 3901-2948/3901-2822, CEP 76.811-794, Porto Velho/RO, observando o horário comercial das 08 h às 14 h.

3.2.2. O fornecimento do (s) bem (s) dar-se-á, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

3.2.3. O prazo de 60 (sessenta) dias se justifica em razão de este poderá ser prorrogado, tornando-se 120 (cento e vinte) dias, mediante solicitação e justificativa, que compreende entre a fabricação, montagem e entrega do veículo;

3.3.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificativa, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceito pela CONTRATANTE.

3.4. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

3.4.1. Como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem os requisitos de produção, material, uso, descarte, entre outros.

- Normas regulamentadoras do CONTRAN e do DETRAN/RO.

3.5.4. Recebimento

3.5.4.1. Provisoriamente: em até 5(cinco) dias a comissão receberá e fará conferência se estão de acordo com o especificado no termo de referência pela CONTRATANTE e da Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome do órgão requisitante Prefeitura do Município de Porto Velho – Secretaria Municipal de Saúde.

3.5.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar os serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

3.5.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

3.5.4.4. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5.4.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

3.5.4.6. Definitivamente: Os veículos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

3.5.4.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

3.5.4.6.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos veículos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

3.5.4.6.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato.

3.5.4.6.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

3.5.4.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.5.4.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

3.5.4.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética- profissional pela perfeita execução do contrato.

3.6. Qualificação Técnica

3.6.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento.

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a empresa forneceu os itens condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, que tenha fornecido veículos.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados contemplem que a empresa forneceu os itens condizentes com o objeto desta licitação, qual seja, aquisição de veículos, de no mínimo 1 (um) dos quantitativos totais pretendidos.

3.6.2. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

3.6.3. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

3.7. Da Garantia e Assistência Técnica

3.7.1. Os veículos deverão ter garantia de fábrica, de no mínimo, 36 (trinta e seis) meses a partir da data da entrega técnica definitiva, sem limite de quilometragem.

3.7.1.1 Garantia mínima de 12 meses para estrutura e sistemas térmicos.

3.7.1.1 Suporte técnico para manutenção preventiva dos equipamentos de controle ambiental.

3.7.2. A Assistência Técnica deverá ser prestada por empresa credenciada junto ao fabricante na cidade de Porto Velho – Rondônia, devendo a licitante apresentar relação da rede de concessionárias ou autorizadas pelo fabricante, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato.

3.7.3. A Assistência Técnica deverá ser prestada no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, após o comunicado oficial da Contratante.

3.7.4. As despesas com impostos, mão de obra, substituição de peças dentro do prazo de garantia e aquelas que apresentarem desgastes por defeito de fabricação, deslocamentos de veículos e pessoal, e quaisquer outras despesas oriundas dos atendimentos de assistência técnica e manutenção durante o período de garantia, serão de inteira responsabilidade da contratada.

3.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.9. Considerando que os veículos serão adquiridos pela SEMUSA, as concessionárias autorizadas estarão disponíveis para execução da garantia e assistência técnica por meio de serviços especializados de manutenção homologados pela Fabricante/Montadora.

3.10. As revisões periódicas previstas no manual do proprietário serão realizadas na rede de concessionárias autorizadas da Fabricante/Montadora na cidade de Porto Velho/RO, com ônus ao proprietário, durante o prazo de garantia dos veículos, nas condições estabelecidas no manual do proprietário.

3.11. Durante o período de garantia dos veículos, nos casos em que as revisões forem realizadas de acordo com o manual do proprietário, em rede de concessionárias autorizadas na região de Porto Velho/RO caso ocorra à necessidade de substituição de peças genuínas decorrentes de vício de fabricação, desde que o proprietário do veículo não tenha dado causa ao defeito, o custo da mão-de-obra especializada necessária e da aquisição da peça será de responsabilidade da Contratada.

3.12. Durante o período de garantia dos veículos de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro, a contar da data de retirada do veículo pelo proprietário, a Contratada se responsabilizará pela manutenção corretiva dos veículos que apresentarem defeitos, na concessionária autorizada mais próxima, arcando com as peças de reposição e com a mão-de-obra necessária.

3.13. Em caso de pane mecânica/elétrica do veículo que o impeça de circular, quando do deslocamento do local de entrega até o destino final, os custos de remoção e de transporte do veículo (guincho) até a concessionária autorizada mais próxima do local do evento será de responsabilidade da Contratada, independentemente de previsão dessa cobertura no manual do proprietário ou em manuais de serviços acessórios, bem como outras despesas decorrentes e inerentes a esta situação.

3.14. A Contratada disponibilizará telefone de emergência 24h (central/serviço de atendimento ao cliente) para acionamento do guincho em eventuais ocorrências, em item posicionado no painel/para-brisa do veículo.

3.15 É vedado à Contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual da Fabricante/Montadora ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no Certame configura plena aceitação das condições exigidas.

3.17. Das obrigações da Contratada

3.17.1. Além das obrigações previstas na minuta de contrato para prestação de serviços sem mão de obra dedicada, poderão ser adicionadas as obrigações pertinentes ao objeto. Quanto às obrigações previstas no Contrato, tem-se a recomendação de manter o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, incisos XIV, XVI e XVII.

3.18. Das obrigações da Contratante

<p>3.18.1. Além das obrigações previstas na minuta de contrato para prestação de serviços, propõe-se manter o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133 /2021 incisos X, XI e XIV.</p> <p>3.19. Subcontratação</p> <p>3.19.1 Com relação à possibilidade de subcontratação de parte do objeto, a equipe de planejamento entende que o serviço a ser contratado não se configura como uma série/gama de serviços especializados que poderiam ser objeto de subcontratação.</p> <p>3.20 Alteração Subjetiva</p> <p>3.20.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.</p> <p>3.21 O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.</p> <p>3.22 Indicação ou vedação de marcas ou modelos, conforme hipóteses dos incisos I e III, do art. 41 da Lei nº 14.133/2021;</p> <p>3.22.1 Para este objeto não há indicação ou vedação de marca.</p> <p>3.23 Exigência de amostras, quando couber, devendo ser observado o inciso II do art. 41 da Lei nº 14.133/2021;</p> <p>3.23.1 Para este objeto não exigirá amostras dos itens.</p>

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Deste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de apoio analisou processos de contratações semelhantes feitos por outros órgãos e entidades, por meio de consulta a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias ou inserção de novas tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades dos usuários assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde e não foram encontradas mudanças significativas dentro do mercado.

Na análise da presente demanda, verificou-se que os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme definido no § 1º, do art. 2º, do Decreto n.º 5.450/2005. Esses materiais possuem especificações e características usuais de mercado, amplamente encontradas entre os fornecedores, o que facilita o processo de aquisição sem necessidade de requisitos técnicos diferenciados ou exclusivos.

Para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, visando o levantamento de mercado com o escopo de definir a solução mais viável a ser contratada, tomou-se por base a motivação manifestada pelas unidades participantes, o objeto a ser adquirido, o modelo de contratação anteriormente utilizado, os resultados pretendidos e o interesse público da administração.

Necessário se faz salientar que a contratação advém de um convênio, **Termo de Convênio no 190/2025/PGE-SESAU**, onde limita a atuação somente para aquisição dos veículos, não sendo possível utilizar os recursos para locação dos mesmos ou outra destinação por força do princípio da legalidade, conforme se demonstra no termo de convênio, cláusula primeira, 1º:

§ 1º. São vedados com recursos deste Convênio:

- 1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;**
- 2. o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes partícipes;**
- 3. o aditamento com alteração do objeto ou das metas;**
- 4. a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência;**
- 5. a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Convênio com recursos do mesmo; e**
- 6. realizar o pagamento de despesa sem antes exigir a emissão de nota fiscal ou outro documento correspondente.**

CONCLUSÃO PRELIMINAR

Tendo em vista a natureza dos recursos apresentados e o plano de trabalho do convênio para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA E 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO, PARA SEREM UTILIZADO COMO MEIO DE TRANSPORTE AO SERVIÇO PRESTADO PELO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CNES - 6482732), não há outra forma de proceder com a contratação que não seja a AQUISIÇÃO dos veículos mencionados.

Após essa análise passamos a procurar qual será a melhor forma de aquisição dos veículos, vejamos:

1. AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE SRPP

Considerando que se trata da aquisição de materiais de tratamento médico em grande quantidade e passível de parcelamento, a opção de implantação de SRPP traz o ganho de escala uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado, além do mais não requer que de imediato seja adquirido o quantitativo registrado, visto que a contratação se dá no momento do gerenciamento da ata e na medida da necessidade do quantitativo para o atendimento da(s) ação(ões).

O Sistema de Registro de Preços Permanente (SRPP) representa uma estratégia vantajosa em contratações com fornecimento continuado ou parcelado, garantindo ganhos de escala e flexibilidade na execução. Ao analisar a presente demanda, percebemos por meio das contratações anteriores que se trata de uma compra recorrente do poder público, além de ser necessário gerenciamento do quantitativo solicitado.

De acordo com o inciso XLV, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sistema de registro de preços é o “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, as obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”.

O doutrinador Marçal Justen Filho, comentando o tema, asseverando que:

“O sistema de Registro de Preços Permanentes (SRPP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”

(...)“Consiste num procedimento especial a ser adotado, que agiliza as aquisições na área pública, permitindo que os fornecimentos sejam feitos sem grandes entraves burocráticos, adaptados às contingências da vida moderna, eliminando uma série de medidas supérfluas e desnecessárias. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.”

Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema just in time, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendado pela Administração. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certame fosse de forma isolada.

Em âmbito Municipal o procedimento de sistema de registro de preços é regulamentado no art. 38 do Decreto nº 18.892/2023, que se refere às hipóteses de cabimento, vejamos:

Art. 38. O Sistema de Registro de Preços – SRP para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, será adotado pela Administração Municipal quando julgar pertinente e obedecerá ao disposto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Decreto, nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas do Município;

IV – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou via compra centralizada; ou

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

Nessa atualização, se a demanda se mantiver inalterada, a Administração, utilizando-se do processo licitatório do ano anterior faz a republicação do edital da licitação, para que os interessados venham participar do certame, conforme procedimentos definidos nos artigos 88 a 90 do Decreto nº 18.892/2023.

Dessa forma, o SRPP difere do sistema convencional do Sistema de Registro de Preços – SRP porque é permanente, isto é, dispensa novas licitações, visto que após o período de 12 (doze) meses de vigência é reaberta a fase de lances, no mesmo processo, aproveitando o mesmo edital, parecer jurídico, e todo o procedimento realizado anteriormente, trazendo vantajosidade em termos de eficiência e economicidade.

Percebe-se que a SEMUSA não necessita gerenciar os quantitativos dos veículos, pois o quantitativo não se apresenta grande o suficiente. Também há necessidade de constatar a demanda imediata dos veículos a serem adquiridos, além da não habitualidade da aquisição pretendida. **Com tais pontos apresentados, não se visualiza a aplicação de sistema de registro de preços permanentes para presente contratação**

2. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Até o momento, não foram encontradas atas de registro de preços que satisfaçam a necessidade da SEMUSA.

3. AQUISIÇÃO POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

O PREGÃO ELETRÔNICO com o objetivo de selecionar o MENOR PREÇO permite a participação de um maior número de fornecedores, ampliando assim a competitividade. O aumento dos participantes é outro ponto que colabora diretamente com a redução de valores dos bens e serviços a serem adquiridos e dando a possibilidade de a oferta de lances reduzindo consideravelmente o valor do item, gerando economia. Além disso, existe a possibilidade de eliminar as propostas que não estão em conformidade com o edital, sendo realizada a análise detalhada em relação a proposta vencedora “em favor de obtenção de uma maior economicidade para a Administração”. Fernandes (2015) complementa:

"A economicidade gerada pelo uso do pregão eletrônico é um de seus principais fatores de destaque perante as demais modalidades licitatórias; essa economia gerada para a administração pública pode vir a resultar em um redirecionamento da verba economizada para outros setores da sociedade, trazendo assim maiores benefícios para a população, que em linhas gerais é a destinação final, direta ou indireta, dos produtos e serviços contratados por meio dos certames licitatórios. (FERNANDES, 2015 p. 41)".

Considerando que por se trata de uma Secretaria de Saúde, há um quantitativo variado de materiais de diversas categorias que necessitam ser armazenados, assim a licitação para compra imediata desta solução pode levar a desafios na gestão de estoques, especialmente se não houver espaço adequado para armazenar os materiais adquiridos. Além de que pode limitar a flexibilidade do órgão público para lidar com variações orçamentárias ao longo do tempo, já que os recursos são comprometidos desde o início.

Contudo, após uma análise aprofundada, o pregão eletrônico seria a melhor forma de aquisição apresentada. Não há necessidade de gerenciamento de saldo, e os recursos devem ser comprometidos desde o início da contratação, tendo em vista a forma como foram disponibilizados para contratação pretendida. **Não há nenhum requisito legal que altere a forma de contratação pretendida, possibilitando a escolha da AQUISIÇÃO por PREGÃO ELETRÔNICO, como a forma mais vantajosa.**

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Considerando a natureza da aquisição, a não existência de uma ata de registro de preços para adesão que possa sanar a solicitação realizada pelo departamento e a possibilidade de aquisição total dos bens, a solução escolhida será a solução 03: **AQUISIÇÃO de 1 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO**, para ser utilizado como meio de transporte ao serviço prestado pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde (CNES – 6482732), com recursos da emenda parlamentar conforme **Termo de Convênio no 190/2025/PGE-SESAU**, condições e exigências estabelecidas neste instrumento. **por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM instrumentalizado por meio de compra com entrega imediata de no prazo máximo até 60 (dias) dias corridos, após a assinatura do contrato.**

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 AQUISIÇÃO de 1 (UM) CAMINHÃO BAÚ COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA e 1 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO, para ser utilizado como meio de transporte ao serviço prestado pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde (CNES – 6482732), com recursos da emenda parlamentar conforme **Termo de Convênio no 190/2025/PGE-SESAU por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. de acordo com o art. 28, I da Lei 14.133 de 2021.**

5.1.1 A modalidade escolhida se adequada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), uma vez que apresenta solução plausível para o caso e compatíveis com os requisitos do **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP.**

5.1.2 Essa solução permite a aquisição imediata dos materiais necessários, sem a necessidade de realização de um novo processo licitatório, o que possibilita maior celeridade no atendimento das demandas do **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP.** Além disso, o quantitativo a ser adquirido por meio da aquisição atende plenamente às necessidades apresentadas pelo departamento, garantindo uma solução econômica e eficiente para a Administração Pública.

5.2 Do Prazo, Da Forma De Entrega E Condições De Recebimento:

5.2.1. O fornecimento do (s) bem (s) dar-se-á, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho.

5.2.2. O prazo de 60 (sessenta) dias poderá ser prorrogado, tornando-se 120 (cento e vinte) dias, mediante solicitação e justificativa, que compreende entre a fabricação, montagem e entrega do veículo;

5.2.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificativa, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceito pela CONTRATANTE.

5.2.4. Os veículos serão entregues na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, RO, no endereço indicado abaixo.

5.2.5. Entrega: Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sito à Rua: Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro: Jardim Eldorado, telefone:(69) 3901-2948/3901-2822, CEP 76.811-794, Porto Velho/RO, observando o horário comercial das 08 h às 14 h.

5.2.3. O prazo estabelecido só poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceito pela Unidade Administrativa solicitante;

5.2.3.1. Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega dos veículos;

5.2.3.2. Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.

5.2.3.3. Não se admitirá prorrogação se:

5.2.3.3.1. Se o atraso ocorrer por culpa da contratada;

5.2.3.3.2. Se não cumprir os requisitos do subitem 5.1.2; ou houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.

5.2.4. A entrega deverá ser realizada no endereço da Unidade Administrativa envolvida, conforme item 5.2.1, observando o horário das 8:00 as 14:00 horas em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira;

5.2.5.	Ocorrendo recusa ou atraso na entrega dos veículos, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga a produzir parecer técnico e o encaminhará ao Ordenador de Despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada.
5.2.6.	Qualquer solicitação por parte da Contratada deverá ser dirigida ou entregue Unidade Administrativa envolvida, nos endereços, conforme item 5.2.1. aos cuidados do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min às 14h00min.
5.2.7.	Caso não haja expediente na data marcada para a entrega dos veículos, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horários citados anteriormente.
5.2.8.	Os veículos serão recebidos da seguinte forma:
5.2.9.1.	Provisoriamente: em até 05 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor no verso da fatura/nota fiscal;
5.2.9.2.	Definitivamente: em até 30 (dias) dias úteis, a contar da data de entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, possuindo todas as características registradas neste Termo de Referência, quando então o Fornecedor receberá o Termo de Entrega Definitivo, a contar do recebimento provisório;
5.2.9.3.	O recebimento provisório ou definitivo: não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.
5.2.10.	O prazo para correção de eventuais falhas na entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos. O prazo será contado a partir do acionamento pela Contratante à Contratada. O prazo para recebimento definitivo dos bens que apresentar falha será o mesmo descrito no subitem 5.2.9.2.
5.2.11.	Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.
5.2.12.	Os custos da substituição do objeto rejeitado desta aquisição ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.
5.2.13.	A Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.2.14.	Não será admitido, para efeito de recebimento, bem que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas neste documento.
5.3	Da Comissão De Recebimento:
5.3.1.	A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor(es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.113/21.
5.3.2	Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120, da Lei nº 14.133/21).
5.5	O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP por meio do Documento de Formalização de Demanda Consolidado, enviado pelo SEI, nº 0304649:

ITE M	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE	QUANTIDA DE
1	6170 88	CAMINHÃO BAÚ CABINE SIMPLES : und 01 (UM)Veículo Automotivo de fabricação nacional, na cor branca, semipesado 6x2 (TRUCK); Carroceria tipo caminhão-baú, cabine teto alto, zero quilômetros, banco do motorista com regulagem de altura e distância, ar- condicionado, caixa de ferramentas, cinto de segurança de 3 pontos para o motorista e passageiro, vidros elétricos, retrovisores com regulagem elétrica, volante com regulagem de altura, rádio com AM/FM, USB e Bluetooth, tacógrafo digital, direção hidráulica, com câmbio automático, alarme de ré, capacidade de carga mínima de 10 Toneladas., emplacado e licenciado, com todos os impostos e taxas pagos referente ao ano de entrega do veículo, garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica garantida. O caminhão deverá conter Carroceria Baú em alumínio; tipo carga-seca com medidas aproximadas de 8.000 mm de comprimento, 2.400 mm de largura e 2.400 mm de altura, com duas portas traseiras com abertura total, garras de fixação e trico, revestimento interno e externo em alumínio, assoalho em chapa de aço do tipo xadrez, ripamento interno das laterais em madeira com garras de fixação para amarração das cargas, 01 (uma) porta lateral com garras de fixação e trinco, caixa de ferramentas, protetor lateral de ciclista (CONTRAN), para-lamas, escada de acesso traseiro,	UND	1

		instalação elétrica com iluminação interna e externa e faixas refletivas conforme normas vigentes e para-choque traseiro retrátil conforme resolução do CONTRAN, com Plataforma Hidráulica para carregamento e descarregamento com capacidade compatível com estrutura e dimensões do veículo.		
1	458217	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO, CARGA ÚTIL: 1500 KG, modelo: 0 km, capacidade passageiro: 3, tipo refrigeração: ar-condicionado, tipo tração: 4x2, transmissão: câmbio manual, de 5 a 6 marchas a frente e 1 ré, fabricação: nacional, carga útil mínima 1500 kg, cor branca, características adicionais: garantia mínima de 1 ano, operacionais: baú isotérmico refrigerado, tipo direção hidráulica, tipo freio: abs, capacidade tanque de combustível: 60 l, tipo motor: diesel, potência motor: 130 C.	UND	1

A referida contratação é considerada **BEM COMUM** cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base em uma pesquisa prévia realizada no portal nacional de compras, **618/2025** ID 0305241, obtivemos os seguintes valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO BAÚ CABINE SIMPLES : und 01 (UM)Veículo Automotivo de fabricação nacional, na cor branca, semipesado 6x2 (TRUCK); Carroceria tipo caminhão-baú, cabine teto alto, zero quilômetros, banco do motorista com regulagem de altura e distância, ar- condicionado, caixa de ferramentas, cinto de segurança de 3 pontos para o motorista e passageiro, vidros elétricos, retrovisores com regulagem elétrica, volante com regulagem de altura, rádio com AM/FM, USB e Bluetooth, tacógrafo digital, direção hidráulica, com câmbio automático, alarme de ré, capacidade de carga mínima de 10 Toneladas., emplacado e licenciado, com todos os impostos e taxas pagos referente ao ano de entrega do veículo, garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica garantida. O caminhão deverá conter Carroceria Baú em alumínio; tipo carga-seca com medidas aproximadas de 8.000 mm de comprimento, 2.400 mm de largura e 2.400 mm de altura, com duas portas traseiras com abertura total, garras de fixação e trico, revestimento interno e externo em alumínio, assoalho em chapa de aço do tipo xadrez, ripamento interno das laterais em madeira com garras de fixação para amarração das cargas, 01 (uma) porta lateral com garras de fixação e trinco, caixa de ferramentas, protetor lateral de ciclista (CONTRAN), para-lamas, escada de acesso traseiro, instalação elétrica com iluminação interna e externa e faixas refletivas conforme normas vigentes e para-choque traseiro retrátil conforme resolução do CONTRAN, com Plataforma Hidráulica para carregamento e descarregamento com capacidade compatível com estrutura e dimensões do veículo.	UND	1	R\$ 678.000,0000
1	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO, CARGA ÚTIL: 1500 KG, modelo: 0 km, capacidade passageiro: 3, tipo refrigeração: ar-condicionado, tipo tração: 4x2, transmissão: câmbio manual, de 5 a 6 marchas a frente e 1 ré, fabricação: nacional, carga útil mínima 1500 kg, cor branca, características adicionais: garantia mínima de 1 ano, operacionais: baú isotérmico refrigerado, tipo direção hidráulica, tipo freio: abs, capacidade tanque de combustível: 60 l, tipo motor: diesel, potência motor: 130 C.	1	1	R\$ 289.245,0000
VALOR TOTAL A REGISTRAR				R\$ 967.245,00

É importante consignar que o levantamento informado é preliminar. Conforme a Lei Complementar n. 945/2023, é de competência do Departamento de Cotações de Preços/SML, realizar a pesquisa de mercado para a contratação de serviços e/ou aquisições pretendidas pela Administração Direta Municipal.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

O objeto da pretensa contratação é composto por itens divisíveis.

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por ITEM, pois verifica-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Assim, haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente demanda encontra-se prevista no PCA 2026, conforme <https://sgp.portovelho.ro.gov.br/arquivos/lista/71485/semusa>.

Projeto Atividade: 08.31.10.122.336.2.675 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Natureza da Despesa: 44.40.42

Fonte: 1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde.

Programa: 336 – Gestão de Desenvolvimento Valor: R\$271.222,22 (duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos).

Projeto Atividade: 08.31.10.122.336.2.675 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Natureza da Despesa: 44.40.42

Fonte: 1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde.

Programa: 336 – Gestão de Desenvolvimento no Valor: R\$ 761.666,66 (setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- Desenvolver as ações planejadas para o efetivo operacionalização da rede de saúde do município de Porto Velho
- Garantir a manutenção da rede de Saúde do Município de Porto Velho
- Garantir um atendimento de qualidade à população e melhorar os serviços de saúde;
- Ampliar a capacidade de atendimento das unidades básicas de saúde
- Atender as necessidades e demandas.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental. No que diz respeito às obrigações do solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.

As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO

Levando-se em conta as considerações realizadas no presente Estudo Preliminar, feitas as devidas alterações quando da elaboração do Termo de Referência por parte da equipe responsável pela formalização da demanda, entende-se ser viável a contratação.

Declaramos que as informações levantadas ao longo do ETP, que a solução escolhida é viável de ser implantada. No entanto, devem ser submetidos a aprovação do departamento requisitante e departamento de orçamento para fins de análise orçamentária.

Responsável(eis) pela elaboração:

Ulysses Rodrigues dos Anjos Silva

Assistente Administrativo - NUMAC/DIAC/DEA/CGAF/SEMUSA

Mat. 269424

Fátima de Oliveira Costa Sousa

Chefe II NUMAC/DIAC/DA/CGAF/SEMUSA

Decreto Nº 1.823/I,2025

Carla Dominique Brambilla Watanabe

Gerente II - Divisão de Aquisições e Contratações

Decreto Nº 1.823/I,2025

Geison Felipe Costa Da Silva

Diretor Executivo de Administração - DEA/CGAF/SEMUSA

Decreto nº 1.823/I/2025

Ricardo Guedes Brandao

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira - CGAF/SEMUSA

Decreto nº 1.666/I/2025

Raimundo Vieira da Cunha

DITRAN/SEMUSA

Daniel Hugo Silva Oliveira

Diretor - DAP/SEMUSA

Aprovação da Autoridade Competente:

Declaro estar ciente dos principais riscos desta contratação e AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme competência prevista no Art. 28º da Lei complementar Municipal nº 882/2022 e demais alterações.

Jaime Gazola Filho

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 1.666/I/2025

Item	ANEXO I - 005.000864/2025-48	Quant.
	Descrição Completa	
	<p>Condições Gerais: CAMINHÃO BAÚ CABINE SIMPLES : und 01 (UM)Veículo Automotivo de fabricação nacional, na cor branca, semipesado 6x2 (TRUCK); Carroceria tipo caminhão-baú, cabine teto alto, zero quilômetros, banco do motorista com regulagem de altura e distância, ar- condicionado, caixa de ferramentas, cinto de segurança de 3 pontos para o motorista e passageiro, vidros elétricos, retrovisores com regulagem elétrica, volante com regulagem de altura, rádio com AM/FM, USB e Bluetooth, tacógrafo digital, direção hidráulica, com câmbio automático, alarme de ré, capacidade de carga mínima de 10 Toneladas., emplacado e licenciado, com todos os impostos e taxas pagos referente ao ano de entrega do veículo, garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica garantida. O caminhão deverá conter Carroceria Baú em alumínio; tipo carga-seca com medidas aproximadas de 8.000 mm de comprimento, 2.400 mm de largura e 2.400 mm de altura, com duas portas traseiras com abertura total, garras de fixação e trico, revestimento interno e externo em alumínio, assoalho em chapa de aço do tipo xadrez, ripamento interno das laterais em madeira com garras de fixação para amarração das cargas, 01 (uma) porta lateral com garras de fixação e trinco, caixa de ferramentas, protetor lateral de ciclista (CONTRAN), para-lamas, escada de acesso traseiro, instalação elétrica com iluminação interna e externa e faixas refletivas conforme normas vigentes e para-choque traseiro retrátil conforme resolução do CONTRAN, com Plataforma Hidráulica para carregamento e descarregamento com capacidade compatível com estrutura e dimensões do veículo.</p> <p>1.1 Carroceria Baú</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Baú carga-seca, estrutura reforçada em alumínio e aço.• Dimensões mínimas:<ul style="list-style-type: none">◦ Comprimento: 8.000 mm◦ Largura: 2.400 mm◦ Altura: 2.400 mm• Revestimento interno e externo em alumínio.• Assoalho em chapa de aço tipo xadrez.• Ripamento interno lateral em madeira, com garras de fixação para amarração de cargas.• Aberturas:<ul style="list-style-type: none">◦ Duas portas traseiras com abertura total, trinco e garras de fixação.◦ Uma porta lateral, com garras e trinco.• Acessórios:<ul style="list-style-type: none">◦ Caixa de ferramentas.◦ Protetor lateral de ciclista conforme CONTRAN.◦ Para-lamas.◦ Escada de acesso traseiro.◦ Instalação elétrica com iluminação interna e externa.◦ Aplicação de faixas refletivas conforme normas vigentes.◦ Para-choque traseiro retrátil conforme Resoluções CONTRAN. <p>1.2 Cabine</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Cabine simples, teto alto, cor branca.• Capacidade: Motorista + 2 passageiros, com cintos de segurança retráteis de 3 pontos nos assentos laterais e subabdominal no assento intermediário.	

- Banco do motorista individual, com regulagem de altura e distância, tipo pneumático.
- Ar-condicionado original de fábrica.
- Vidros e retrovisores com acionamento elétrico.
- Volante com regulagem mínima de altura.
- Direção hidráulica ou elétrica, original de fábrica.
- Tacógrafo digital/eletrônico.
- Rádio AM/FM com USB e Bluetooth.
- Alarme de ré.
- Caixa de ferramentas.

1.3 Capacidade e Desempenho

- Peso Bruto Total (PBT): mínimo 23.000 kg.
- Capacidade Máxima de Tração (CMT): mínimo 40.000 kg.
- Capacidade mínima de carga útil: 10.000 kg.

1.4 Motorização

- Motor diesel, com potência mínima de 255 CV, gerenciado eletronicamente.
- Atende à norma PROCONVE P8 / EURO VI (Resolução CONAMA 490/2018).
- Protetores metálicos para cárter e caixa de câmbio.
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 270 litros, com bocal antifurto.

1.5 Transmissão

- Câmbio automático, original de fábrica.

1.6 Direção

- Direção hidráulica ou elétrica, original de fábrica.
- Volante com ajuste mínimo de altura.
- Buzina acionada no volante.

1.7 Painel e Instrumentação

- Painel com:
 - Tacômetro
 - Indicador de velocidade média
 - Diagnóstico de falhas
 - Temperatura do motor ou luz de superaquecimento
 - Nível de combustível
 - Mensagens de advertência com alerta sonoro
- Computador de bordo com:
 - Diagnóstico de falhas
 - Piloto automático (cruise control)
 - Consumo e autonomia de combustível
- Sistema ESC (Electronic Stability Control).
- Limpador de para-brisa com mínimo 3 velocidades.
- Tacógrafo eletrônico de bobina.

1.8 Acessórios e Equipamentos Adicionais

- Rádio AM/FM, entrada USB, alto-falantes instalados.
- Capas para bancos em courvin automotivo, cor preta.
- Dispositivo de Segurança de Proteção Lateral (DSPL) conforme Resolução CONTRAN nº 323/2009.

1.9 Plataforma Hidráulica de Carga

- Estrutura em aço ou alumínio.
- Capacidade de carga: aprox. 1.200 kg.
- Centro de carga: aprox. 600 mm.
- Altura máxima de elevação: aprox. 1.300 mm.
- Dimensões da mesa:
 - Largura: 2.000 mm
 - Comprimento: 1.500 mm (aço) / 1.450 mm (alumínio)
- Peso próprio:
 - 420 kg (aço) / 315 kg (alumínio)
- Capacidade de tráfego: aprox. 2.000 kg.
- 4 cilindros hidráulicos (2 de elevação + 2 de inclinação).
- Unidade eletro-hidráulica exclusiva.

1.10 Pneus, Rodas e Sistema de Freios

- Pneus e rodas conforme especificação de linha de produção do fabricante.
- Freios a ar comprimido, circuito duplo, com tambores nas rodas dianteiras e traseiras.
- Freio de estacionamento por câmara de mola acumuladora, atuante nas rodas traseiras.

1.11 Segurança

- Alarme antifurto.
- Travas elétricas.
- Sirene de ré bivolt (12V/24V), com redução sonora e 1 toque.
- Sistema de rastreamento/GPS integrado.

1.12 Suspensão

- Suspensão dianteira e traseira originais de fábrica, dimensionadas para o PBT especificado.

1.13 Documentação e Entrega

01

01

	<p>A fornecedora deverá entregar, obrigatoriamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manuais de operação, manutenção e garantia do veículo e de todos os acessórios, em português (impresso e em mídia digital). • Diagrama elétrico completo e detalhado das instalações originais e adicionais. • Relação da rede de assistência técnica autorizada em todo o território nacional. • Assistência técnica disponível no Município de Porto Velho. <p>1.14 Garantias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia mínima de 1 (um) ano para todos os componentes do veículo, ou superior se a garantia do fabricante for maior. • Garantia mínima de 1 ano para: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Estrutura, vedação e pintura da carroceria ◦ Demais itens da carroceria ◦ Equipamentos de sinalização acústica e visual ◦ Grafismo • A empresa vencedora deverá garantir assistência técnica completa durante o período de garantia e prestar todo apoio necessário à vistoria, recebimento e manutenção do veículo.
	<p>1. Condições Gerais</p> <p>VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO, CARGA ÚTIL: 1500 KG, modelo: 0 km, capacidade passageiro: 3, tipo refrigeração: ar-condicionado, tipo tração: 4x2, transmissão: câmbio manual, de 5 a 6 marchas a frente e 1 ré, fabricação: nacional, carga útil mínima 1500 kg, cor branca, características adicionais: garantia mínima de 1 ano, operacionais: baú isotérmico refrigerado, tipo direção hidráulica, tipo freio: abs, capacidade tanque de combustível: 60 l, tipo motor: diesel, potência motor: 130 C.</p> <p>1.2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – FURGÃO</p> <p>1.2.1 – Carroceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carroceria constituída em aço, montada sobre chassi monobloco, com tratamento anticorrosão nível máximo; • Pintada na cor branca, original de fábrica; • Peso bruto total do veículo: de no mínimo 3.500kg; • Carga útil do veículo de no mínimo 1.500kg; • Deve estar em consonância com os valores de Peso Bruto Total e Capacidade Máxima de Tração; • Distância mínima entre eixos: de no mínimo 3600 mm; • Comprimento do veículo: de no mínimo 5900 mm; • Altura do veículo: de no mínimo 2500 mm; (Teto Alto), Volume do compartimento de carga: de no mínimo 10,5m3; • Largura máxima externa de no mínimo 2000mm (sem os retrovisores); • No mínimo 02 (dois) pontos de ancoragem, para rebocar o veículo, sendo 01 (um) na dianteira através de alça em aço (fixa ou móvel) e 01 (um) na traseira, com engate para reboque com pino tipo esfera (bola), com capacidade de peso e tração de acordo com a capacidade máxima de tração do veículo; • Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. <p>1.2.2 – Suspensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suspensão dianteira resistente conforme original de fábrica, dimensionada para PBT do veículo; • Suspensão traseira resistente conforme original de fábrica, dimensionada para PBT do veículo; <p>1.2.3 - Capacidade dos reservatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tanque de combustível, com capacidade mínima de 60L, com bocal antifurto <p>1.2.4 - Sistema de Freios</p> <p>Sistema de freios a disco, conforme original de fábrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema antitravamento (ABS) em todas as rodas; • Freios com controle de tração e estabilidade, corretor de frenagem, controle de antitombamento; • Freio de estacionamento conforme original de fábrica • Freio auxiliar de partida em aclave e declive. <p>1.2.5 – Motor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor turbodiesel com intercooler; • Motor com potência: de no mínimo de 130cv; • Mínimo de 04 (quatro) cilindros; • Isolamento termoacústico sobre o compartimento do motor; • Sistema de diagnóstico de falhas; • Proteção contra superaquecimento e baixa pressão de óleo; • Motor com polia para o ar-condicionado original de fábrica; • Protetor de cárter e caixa de câmbio em chapa de aço. <p>1.2.6 - Painel de instrumentos e computador de bordo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Painel equipado com tacômetro; velocidade média; diagnóstico e mensagens de falhas do veículo; temperatura do líquido de arrefecimento do motor ou luz de advertência de superaquecimento; nível de combustível; mensagem de advertência com sinal sonoro; • Computador de bordo equipado com sistema para diagnóstico de falhas; com piloto automático de velocidade; consumo de combustível e autonomia de combustível; • Com sistema ESC “Eletronic Stability Control; • Limpador de pára-brisa com no mínimo 03 (três) velocidades; • Tacógrafo eletrônico de bobina. <p>1.2.7 – Transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transmissão manual, de no mínimo 05 (seis) marchas à frente e no mínimo 01 (uma) à ré; • Caixa de mudança com tecnologia atual, compatível para a utilização do veículo; • Tração: conforme linha de produção <p>1.2.8 – Direção:</p>

- Hidráulica ou elétrica, original de fábrica;
- Volante com regulagem de no mínimo em altura;
- Buzina com acionamento no volante.

1.2.9 - Sistema Elétrico:

- Sistema elétrico com tensão nominal de 12V;
- 01 (uma) bateria de 12V, compatível com a alimentação elétrica do veículo e acessórios instalados;
- Alternador de 14V, compatível com a alimentação elétrica do veículo e acessórios instalados.

1.2.10 - Pneus e Roda

- Rodas em aço estampado de medidas conforme original de fábrica;
- Estepe (pneu e roda) com as mesmas características das demais;
- Pneu apropriado para veículos de carga;
- A fabricação dos pneus deverá ser do ano corrente, ou no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da entrega do veículo.

1.2.11 - Cabine

- Farol baixo e alto conforme original de fábrica. Caso o fabricante tenha opcional de regulagem de altura do farol, este item deverá ser incluso;
- Lanternas traseiras conforme original de fábrica;
- Farol de neblina original de fábrica;
- Para-sol nos dois lados (direito e esquerdo) do parabrisa;
- Iluminação no teto da cabine (interior), com ajuste manual ou automático de acionamento;
- Portas da cabine com porta objetos; vidros com acionamento elétrico e trava elétrica com acionamento remoto;
- Vidros das janelas com película protetora fumê (insulfilm) de acordo com as normas do CONTRAN e que ofereça proteção UVA/UVB;
- Ar-condicionado, com função desembaçador, com função recircular e ar externo; com potenciômetro da ventoinha de no mínimo 04 (quatro) velocidades, compatível com as dimensões internas da cabine, original de fábrica;
- Banco do motorista revestido em couro de cor escura com regulagem de altura, distância, encosto reclinável e com encosto de cabeça; cinto de segurança retrátil de 03 (três) pontos;
- Bancos dos passageiros revestidos em couro de cor escura, com encosto de cabeça e cinto de segurança de 03 (três) pontos;
- No mínimo 02 (dois) Airbag (motoristas e passageiros);
- Sensor de aviso de cinto de segurança;
- No mínimo 01 (um) extintor de incêndio de no mínimo 3 kg na cabine ou no compartimento de carga;
- 01 (um) aparelho multimídia MP4 com câmera de ré, de rádio AM/FM, com entrada para cartão de memória, USB e com conexão Bluetooth, devidamente instalado no painel do veículo, interligado aos alto-falantes da cabine;
- No mínimo 02 (dois) alto-falantes na cabine, podendo ser 01(um) em cada porta ou nas laterais do teto, dimensionado para o veículo;
- No mínimo 02 (duas) tomadas de 12V na cabine;
- No mínimo 02 (duas) tomadas USB na cabine;
- Retrovisores externos com espelhos convexos, podendo ser bipartido, com ajuste elétrico, com acionamento no interior da cabine; luzes repetidoras de direção (seta) na lateral dianteira, podendo ser nos retrovisores;
- Parede de separação entre a cabine e o compartimento de carga, em chapa de aço, pintada na cor branca, com janela corredeira na parte central superior, fechada com acrílico translúcido e resistente.

1.2.12 - Compartimento de Carga

- Porta lateral corredeira, conforme original de fábrica;
- Porta traseira dupla, com abertura de no mínimo de 270°, com apoio nas laterais do veículo para proteger a lataria e manter as portas abertas;
- Portas do compartimento de carga com maçanetas e fechaduras com trancas com a chave de ignição do veículo.

1.2.13 - Modificações do Compartimento de Carga

- Reforço em chapa de aço galvanizado (chapa 18) fixada com rebites de aço (3/16) para a estrutura interna do veículo; compatível com as dimensões do compartimento de carga;
- Isolamento térmico em isopor de 40 mm antichamas nas laterais e no teto;
- Revestimento das paredes laterais e teto em laminado plástico reforçado industrial – material totalmente lavável de fácil assepsia;
- Piso em compensado naval de 15mm fixado com rebites de aço 3/16 e revestido em piso de 2mm de material PVC emborrachado, de primeira linha, material totalmente lavável de fácil assepsia;
- Calafetação das arestas com cola rica em poliuretano que se polimeriza com a própria umidade do ar;

1.2.14. - ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO COMPOR O VEÍCULO:

- 01 (um) aparelho multimídia MP4 com câmera de ré, de rádio AM/FM, com entrada para cartão de memória, USB e com conexão Bluetooth, devidamente instalado no painel do veículo, interligado aos auto-falantes da cabine;

1.2.15: - DOCUMENTAÇÃO

- Manual de instruções, operação e manutenção do veículo;
- Manual de instrução de todos acessórios e equipamentos instalados no veículo;
- Diagrama elétrico completo e detalhado da instalação original dos acessórios instalados;
- Relação da rede de assistência técnica em todo território nacional (do veículo e dos acessórios)
- Todos os documentos descritos devem ser fornecidos em mídia e impresso no idioma português no ato da vistoria do protótipo A LICITANTE VENCEDORA deverá ter assistência técnica no Município de Porto Velho

1.2.16. - GARANTIAS:

- Garantia para todos os componentes do veículo de no mínimo 01 (um) ano. Caso a garantia do fabricante seja superior a 01 (um) ano, esta será considerada;
- Garantia da parte estrutural, vedação e pintura da carroceria de no mínimo 01 (um) ano;
- Garantia dos demais itens da carroceria de no mínimo 01 (um) ano;
- Garantia dos produtos de sinalização acústica e visual de no mínimo 01 (um) ano;
- Grafismo com garantia de no mínimo 01 (um) ano A empresa vencedora se compromete a prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento do veículo.



Documento assinado eletronicamente por **Ulysses Rodrigues Dos Anjos Silva, Assistente**, em 15/12/2025, às 10:20, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Oliveira Costa Sousa, Chefe**, em 15/12/2025, às 11:36, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 15/12/2025, às 12:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 15/12/2025, às 14:16, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário(a)**, em 15/12/2025, às 14:46, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 15/12/2025, às 15:08, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Vieira Da Cunha, Coordenador(a)**, em 16/12/2025, às 10:16, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Hugo Silva Oliveira, Diretor(a)**, em 17/12/2025, às 12:51, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0305241** e o código CRC **2D2A5FC9**.



005.000864/2025-48

0305241v55